



## GESTÃO DEMOCRÁTICA-PARTICIPATIVA NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O CASO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE CAETITÉ-BAHIA

Erlânia de Jesus Santana  
UNEB-Campus XII/ [erlaniasantana@outlook.com](mailto:erlaniasantana@outlook.com)

Priscila Teixeira da Silva  
UNEB- Campus XVII/ [prteixeira@uneb.br](mailto:prteixeira@uneb.br)

**RESUMO:** Este trabalho é resultado de uma pesquisa documental que teve por objetivo analisar o processo de construção do Plano Municipal Pela Primeira Infância (PMPI) da cidade de Caetité-BA. O estudo trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica aportando-se na análise do Plano referido e outras fontes buscando compreender processo de construção do mesmo e as suas ações, metas e estratégias para melhoria da vida e do desenvolvimento pleno e de qualidade para essas crianças. Por conseguinte, relacionamos a construção do PMPI com os conceitos de gestão e como esta manteve-se presente na elaboração deste por meio da gestão democrática-participativa. Aprovado no dia 05 de outubro de 2015 pela Lei municipal de nº 743 o PMPI tem por objetivo garantir os direitos das crianças para o seu desenvolvimento integral e reduzir as desigualdades; potencializar de cada indivíduo como investimento estratégico para vencer o ciclo da pobreza; fomentar a elaboração, o aprimoramento e a integração das políticas para a primeira infância, monitorando-as e avaliando-as; consolidar e disseminar informações sobre os conhecimentos recentes e sobre as temáticas da primeira infância e organizar ações de mobilização social e política que visem a defesa e promoção de direitos desses meninos e meninas. Verificamos que houve uma grande participação da sociedade civil de Caetité na elaboração do PMPI, constou-se com a presença de órgãos como a Secretaria de Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Educação, a Comissão Pró-Selo, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Tutelar, Associação dos Moradores da Feira Velha (AMOFEVE), Pastoral da Criança e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Por meio da análise do Plano, foi possível construir uma articulação desse com o conceito de gestão, para assim entendermos o papel da gestão educacional bem como da gestão democrática-participativa e como ela esteve presente tanto no momento de construção como de divisão de responsabilidades do Plano. Para tal, usamos as contribuições de Camini (2013), Carvalho (2016), Libâneo; Oliveira; Toschi (2012), Luck (2015), Silva; Werle (2015). Nesse ínterim, entendemos que o objetivo central do PMPI é articular diferentes setores da administração municipal, com o intuito de estabelecer metas e complementar suas ações para cumprir o dever do Estado, na garantia da prioridade absoluta dos direitos das crianças. Sendo assim, inferimos mais um papel da gestão democrática-participativa que além da participação, conscientização e elaboração do Plano, tem como meta permitir que assim como houve participação na construção e compartilhamento de responsabilidades, que exista o movimento de acompanhamento participativo do cumprimento do que está posto, tentando entender o porquê das ações terem sido cumpridas ou não, e corroborando com a avaliação e reelaboração do documento, tendo como objetivos garantir e suprir com as necessidades de todas as crianças, proporcionando uma vida digna e de qualidade.

**Palavras-chave:** Gestão democrática-participativa. Plano Municipal Primeira Infância. Infância.